



1 **MINUTA DE ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CTIL-G GUANDU - 07/04/2022**

2 No sétimo dia do mês de abril de 2022, às 13h:30min, o Comitê das Bacias Hidrográficas  
3 dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê Guandu/RJ, deu início à 2ª  
4 Reunião Ordinária da CTIL-G, não presencial, via plataforma de videoconferência  
5 (Teams), tendo como pauta os seguintes assuntos: **1 - Abertura; 2 - Aprovação da**  
6 **minuta da ATA da reunião de 17/02/2022; 3 - Apresentação do status do Estudo de**  
7 **dimensionamento de uma rede de monitoramento hidrometeorológico na Região**  
8 **Hidrográfica II” – GTAOB; 4 - Discussão e encaminhamento da minuta de**  
9 **resolução que cria a Comissão Eleitoral; 5 - Continuidade do estudo sobre**  
10 **aplicação dos 70% em Saneamento; 6 - Continuidade da discussão sobre a PL nº**  
11 **3699/2017 referente aos 50% dos recursos para as demais sub-bacias do Paraíba**  
12 **do Sul; 7 - Encerramento.** A reunião se iniciou em segunda chamada às 14h. A  
13 coordenadora Mayná Coutinho (CEDAE-San) cumprimentou a todos e solicitou a leitura  
14 das regras da reunião e a leitura da pauta. **2 - Aprovação da minuta da ATA da**  
15 **reunião de 17/02/2022;** A coordenadora solicitou a leitura da minuta de ata. Após  
16 alterações, Fátima Rocha (AGEVAP) iniciou a chamada nominal: Rinaldo José da Silva  
17 (LIGHT); Mayná Coutinho (CEDAE-San); Letícia Ferraço (TERNIUM); Hendrik Mansur  
18 (TNC); Rodrigo Hosken (ABES); Luiz Constantino (INEA) e Mário Amaro (Piraí) votaram  
19 sim, sendo a pauta aprovada com 7 votos. Sabina Campagnani (FURNAS) e Marcelo  
20 Danilo (ANAGEA) estavam presentes mas não conseguiram participar da votação. **3 -**  
21 **Apresentação do status do Estudo de dimensionamento de uma rede de**  
22 **monitoramento hidrometeorológico na Região Hidrográfica II” – GTAOB;** A pauta  
23 já havia sido apresentada na reunião na CTEG. Leandro Oliveira (AGEVAP) explicou  
24 que a resolução que criou o GTAOB definiu que deveriam prestar contas a CTEG e a  
25 CTIL-G. Ele informou que o representante do consórcio responsável pela execução do  
26 projeto não pôde comparecer, portanto ele, gestor do contrato, faria a apresentação.  
27 Hendrik Mansur (TNC) tirou dúvidas sobre o processo de contratação e alertou para que  
28 não comprem equipamentos antes que seja definida a função de cada instituição e  
29 finalizou reforçando que o monitoramento do programa de PSA será importante também  
30 na verificação dos resultados apresentados pelo Comitê e que irá gerar base científica  
31 para atrair novos parceiros que invistam na Bacia do Guandu. O coordenador do  
32 GTAOB, Luiz Constantino (INEA), disse acreditar que o TDR seria para facilitar a  
33 compra, passada a fase de articulação e divisão das responsabilidades e de recursos,  
34 e deixar o termo de referência já estruturado para perder menos tempo. **4 - Discussão**  
35 **e encaminhamento da minuta de resolução que cria a Comissão Eleitoral;** Fátima  
36 Rocha (AGEVAP) fez uma breve contextualização sobre as etapas do processo eleitoral  
37 do Comitê Guandu para o mandato de 2023 a 2025, informou que a minuta de resolução  
38 será encaminhada à Plenária de maio para que seja aprovada e se faça a chamada  
39 para os membros que tiverem interesse em compor a comissão e iniciou a leitura da  
40 resolução. Não houve manifestação dos membros. Fátima Rocha (AGEVAP) iniciou a



41 chamada nominal para aprovação ou não da minuta de resolução que cria a Comissão  
42 Eleitoral - CECG. Rinaldo José da Silva (LIGHT), Sabina Campagnani (FURNAS),  
43 Mayná Coutinho (CEDAE-San), Letícia Ferraço, (TERNIUM), Marcelo Danilo  
44 (ANAGEA/RJ), Hendrik Mansur (TNC), Rodrigo Hosken (ABES), Luiz Constantino  
45 (INEA), Mário Amaro (P.M. Pirai) votaram sim e a minuta foi aprovada com 9 votos. **5 -**  
46 **Continuidade do estudo sobre aplicação dos 70% em Saneamento;** Mayná  
47 Coutinho (CEDAE-San) explicou que em razão das concessões e por uma solicitação  
48 de Hendrik Mansur, buscaram se adiantar e buscar referências para se aprofundarem  
49 nos PLs e em tudo o que envolva as questões de tratamento, coleta e esgotamento  
50 sanitário. Rafael Venâncio (AGEVAP) realizou a apresentação, expondo as discussões  
51 sobre os 70% de cobertura; as informações básicas das obras através dos mapas  
52 temáticos e espacialização das obras. Hendrik Mansur (TNC) perguntou sobre o  
53 processo das licitações e se as intervenções estão sendo feitas somente nos municípios  
54 da região hidrográfica do Guandu e sugeriu debaterem na próxima reunião, se os locais  
55 que estão fora da região da Bacia receberão investimentos além dos estudos. Rafael  
56 Venâncio (AGEVAP) respondeu. Mayná Coutinho (CEDAE-San) falou a respeito das  
57 áreas que ainda não foram contempladas, mas que poderiam vir a ser em uma eventual  
58 complementação do programa, mencionou a limitação de atuação do Comitê no cenário  
59 das concessões e questionou se o Comitê possui recursos para a manutenção das  
60 regiões já contempladas. Hendrik Mansur (TNC) perguntou se o Comitê irá manter o  
61 investimento onde não há concessão. Mayná Coutinho (CEDAE-San) explicou que  
62 teriam dificuldade de atuar onde as concessionárias já estivessem, por isso a proposta  
63 de flexibilização dos 70% é não impactar onde o Comitê atua com o Sanear Guandu,  
64 focando somente em complementar o que já está previsto, e evitar sobreposição.  
65 Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) explicou que a demanda do saneamento rural surgiu  
66 devido ao fato de o saneamento tradicional ser urbano. Hendrik Mansur disse ser  
67 necessário um mapa de concessões. Mayná Coutinho (CEDAE-San) disse ser  
68 necessário definir quais são as áreas rurais fora da concessão e quanto seria necessário  
69 para expandir essa atuação, e a continuidade da arrecadação para as áreas que já  
70 estão sofrendo intervenção, justificando a necessidade dos mapas. Antonio Mendes  
71 (AGEVAP) explicou que a concessão do abastecimento é do saneamento urbano e as  
72 obras de abastecimento do Sanear Guandu são do saneamento rural e que nem todos  
73 os projetos de saneamento rural estão licitados para obra, pois foi feita uma  
74 hierarquização dos municípios, das soluções coletivas e individuais. Mário Amaro (P.M.  
75 Pirai) disse que precisam ter certeza das áreas onde as empresas irão atuar, e que isso  
76 seja documentado. Hendrik Mansur (TNC) solicitou que a AGEVAP revise os  
77 documentos de concessão para buscar tais informações, falou da importância de saber  
78 também quanto cada município vai ganhar e como será aplicado. Antonio Mendes  
79 (AGEVAP) disse que estão com dificuldade para saber onde são as áreas, que sabem  
80 somente que são áreas rurais e muito remotas. Hendrik Mansur (TNC) propôs buscarem



81 um caminho jurídico para a obtenção destas informações. Mayná Coutinho (CEDAE-  
82 San) sugeriu encaminhar ofícios antes de partirem para um meio judicial. Antonio  
83 Mendes (AGEVAP) ratificou que com o decreto da Lei de Saneamento, que os 70%  
84 devem ser investidos em saneamento urbano, e que o saneamento rural utiliza 5%  
85 desse valor. Fátima Rocha (AGEVAP) iniciou a chamada nominal para o  
86 encaminhamento: Mayná Coutinho (CEDAE-San); Rinaldo José da Silva Rocha  
87 (LIGHT), Sabina Campagnani (FURNAS); Letícia Ferraço (TERNIUM); Marcelo Danilo  
88 (ANAGEA/RJ); Hendrik mansur (TNC); Luiz Constantino da Silva Junior (INEA) e Mário  
89 Amaro (P.M.Piraí) votaram sim e o encaminhamento foi aprovado com 8 votos.  
90 **Encaminhamento: Encaminhar à diretoria a sugestão de enviar carta do Comitê**  
91 **Guandu perguntando às empresas concessionárias, aos municípios e ao IRM**  
92 **sobre quais são as áreas concedidas e os valores a serem destinados aos**  
93 **municípios, bem como o cronograma de desembolso.** O item 6 da pauta  
94 “Continuidade da discussão sobre a PL nº 3699/2017 referente aos 50% dos recursos  
95 para as demais sub-bacias do Paraíba do Sul” ficou para a próxima reunião. Mayná  
96 Coutinho (CEDAE-San) disse achar necessário uma Reunião Extraordinária para incluir  
97 a discussão do PL do Marco Hídrico. Fátima Rocha (AGEVAP) informou terem uma  
98 proposta de CTEG para o dia 05 de maio e perguntou se poderia ser no mesmo dia,  
99 sendo CTEG de manhã e CTIL-G a tarde. Mayná Coutinho (CEDAE-San) concordou.  
100 Luiz Constantino (INEA) informou que o CERHI quer se manifestar sobre o tema do  
101 Marco Hídrico. Mayná Coutinho (CEDAE-San) sugeriu alinharem as datas no dia 11/04,  
102 cumprimentou a todos e encerrou a reunião às 16h03min. Eu, Débora Uhlmann Ferreira  
103 (BUMERANGUE), tomo a termo esta ata que segue assinada por:

104

105

---

**Mayná Coutinho (CEADE-San)**  
**Coordenadora**

---

**Rodrigo Hosken (ABES-Rio)**  
**Subcoordenador**

106

107

108

109

**Membros presentes:**

110

111

Sabina Campagnani (FURNAS); Mayná Coutinho Morais (CEDAE-Saneamento);  
Rinaldo José da Silva Rocha (LIGHT); Letícia Ferraço de Campos (TERNIUM); Marcelo



112 Danilo da Silva Bogalhão (ANAGEA/RJ); Hendrik Lucchesi Mansur (TNC); Rodrigo  
113 Santos Hosken (ABES); Luiz Constantino da Silva Junior (INEA); Mario Luiz Dias Amaro  
114 (P.M. Pirai)  
115

116 **Membros Ausentes:**

117 Antônio Orlando Izolani (P.M.Paracambi); Jonathas Acácio Guerreiro Gonçalves (P.M.  
118 Rio Claro); Jaqueline Guerreiro Aguiar (OMA - Brasil).

119

120

121 **Convidados:**

122 Leandro Oliveira (AGEVAP); Evandro Batista (PMRC); Sandra Fernandes (ONG  
123 Planeta Verde); Rafael Venâncio (AGEVAP); Paula Moura (AGEVAP); Fátima Rocha  
124 (AGEVAP); Antonio Mendes de Souza Junior (AGEVAP).